

Governo garante integração com tarifa única para ônibus metropolitanos

GOVERNO

Postado em: 15/08/2017 14:08

Passageiros de linhas metropolitanas pagarão apenas uma tarifa em ônibus urbanos, após usarem o metrô

O Governo do Estado garantiu que passageiros dos ônibus metropolitanos possam acessar também os ônibus urbanos de Salvador, após utilizarem metrô, pagando apenas uma passagem. As medidas para que isso seja possível foram anunciadas pelo secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, e acordadas durante reunião entre Governo do Estado, Prefeitura e empresários de ônibus, mediada pelas procuradoras do Ministério Público da Bahia (MP-BA), Rita Tourinho e Cristina Seixas, nesta segunda-feira (14), na sede do órgão, no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Segundo o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, após a prefeitura concordar com uma série de exigências do Estado, será realizado agora um estudo sobre o custo do passageiro integrado para o passageiro metropolitano, ou seja, do valor que será repassado pelo sistema às empresas de transporte urbano. "Esse custo será adaptado no momento em que o estudo em conjunto para a passagem ficar concluído". Dauster pontuou que a preocupação do Estado sempre foi que o passageiro metropolitano saia do município onde vive, Lauro de Freitas, Dias D'Ávila, ou de qualquer bairro de Salvador, tome um ônibus, o metrô e outro ônibus sem pagar outra passagem.

Para o secretário, a reunião tratou de pontos de difícil solução. "Começamos recebendo um estudo do Ministério Público que não deixava clara a solução de algumas questões técnicas. Nós discutimos e evoluímos. Depois houve uma longa discussão em que entraram todos os temas. Nós consideramos que foi positiva a posição da prefeitura de fazer esse processo de integração que já deveria ter sido feita há muito tempo".

O secretário estadual relacionou alguns dos avanços já obtidos. "Nós dizíamos que só retirariamos os ônibus metropolitanos de Salvador no dia em que os passageiros desse sistema pudessem entrar no ônibus urbano e não pagar a segunda passagem. Isso foi aceito e vai ser preparado um Termo de Ajuste de Conduta pelo Ministério Público colocando esta condição. Havia um pedido da Prefeitura de que a gente reduzisse o ICMS, e nós pedimos que houvesse em contrapartida uma redução da outorga para assegurar a modicidade tarifária, o que também foi aceito".